

## **Onde estão as mães? O “silêncio afetivo” como apagamento simbólico da dupla maternidade no jornalismo audiovisual <sup>1</sup>**

Maria Paula Neiman<sup>2</sup>

Profa. Dra. Cristiane Finger Costa<sup>3</sup>

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

### **Resumo**

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o apagamento simbólico da dupla maternidade nos discursos jornalísticos, compreendendo-o como uma forma de silêncio afetivo, uma estratégia de exclusão baseada na negação das experiências afetivas que escapam à norma heteronormativa. Com base nos estudos do imaginário social, na teoria do poder simbólico e nos estudos de gênero, o trabalho analisa como o jornalismo televisivo contribui para a manutenção de um modelo familiar centrado na família heterossexual. Através da não representação, a mídia não apenas silencia, mas também invalida as existências de mães que maternam com outras mães. O artigo propõe uma reflexão sobre a responsabilidade da mídia na construção de narrativas mais inclusivas e na legitimação simbólica da pluralidade familiar.

**Palavras-chave:** Dupla maternidade; imaginário social; poder simbólico

### **Introdução**

No cenário contemporâneo, a família, enquanto uma das mais enraizadas e simbólicas instituições sociais, encontra-se em um processo contínuo de redefinição. Longe do modelo binário e inquestionável que outrora dominou o imaginário coletivo, hoje assistimos à emergência e à crescente visibilidade de uma vasta pluralidade de arranjos familiares. Essas novas configurações desafiam e desconstruem as premissas de um ideal centrado exclusivamente na família cisgênera e heterossexual. Desde famílias monoparentais até aquelas formadas por casais homoafetivos, por laços de afinidade ou por estruturas plurais de cuidado, a realidade social pulsa com uma diversidade que, apesar de tangível, nem sempre encontra o devido reconhecimento e legitimação nos discursos midiáticos, especialmente no campo do jornalismo.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Jornalismo Audiovisual do 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda discente do curso de comunicação social do Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, email: apaulaneiman@gmail.com

<sup>3</sup> Orientadora do trabalho. Doutora em comunicação social, docente do curso de jornalismo na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, email: cristiane.finger@pucrs.br

---

O jornalismo, por sua natureza, detém um poder significativo na construção da realidade social. Como principal mediador entre os fatos e a percepção pública, sua atuação vai além da mera reportagem, influenciando a formação de opiniões, a definição de agendas e, crucialmente, a solidificação ou a desconstrução de imaginários coletivos.

Ao selecionar o que é noticiável, como as informações são enquadradas e quais vozes são amplificadas ou silenciadas, a imprensa modela o que é considerado normal, aceitável e digno de visibilidade na sociedade. É nesse campo de disputa e negociação de significados que o presente estudo se insere, ao propor uma reflexão crítica sobre uma lacuna persistente e danosa: o apagamento simbólico da dupla maternidade nos discursos jornalísticos.

A dupla maternidade – caracterizada por famílias onde mães maternam com outras mães – representa um dos arranjos que enfrenta uma barreira de invisibilidade no panorama midiático. Esse apagamento não se manifesta apenas pela ausência de reportagens ou menções, mas por uma forma mais insidiosa de negação que denominamos aqui "silêncio afetivo", ancorada no conceito de poder simbólico de Pierre Bourdieu (1977). Este conceito busca capturar a privação de uma representação que valide a dimensão emocional e relacional intrínseca a essas famílias. Em outras palavras, o jornalismo, ao mesmo tempo em que celebra modelos hegemônicos de maternidade e família, omite as nuances e riquezas afetivas das duplas maternidades, negando-lhes o espaço de reconhecimento e a ressonância emocional que lhes é de direito. Esse "silêncio afetivo" não é um vazio, mas uma estratégia de exclusão que perpetua a invisibilidade e a marginalização de experiências que não se encaixam na norma heteronormativa.

A invisibilidade midiática da dupla maternidade não é inofensiva; ela reforça preconceitos, dificulta o acesso a direitos, impede o reconhecimento social e nega a essas famílias o espelho da diversidade na qual podem se reconhecer e sentir-se parte. É fundamental compreender que a ausência de representação é, em si, uma forma potente de representação negativa, que envia uma mensagem clara de não existência e não importância para serem mostradas, mantendo os padrões do que não deve ser mostrado ou visto e nem, portanto, existir.

Este trabalho busca, assim, ir além da constatação da falta. Propõe-se a analisar os mecanismos subjacentes a esse apagamento, explorando como o imaginário social, em suas manifestações mais arraigadas, é mobilizado e solidificado pelas "tecnologias do imaginário" presentes na produção jornalística. Ao investigar como certas narrativas são

privilegiadas e outras são sistematicamente marginalizadas, pretendemos desvelar o poder simbólico que opera na construção midiática da família. A análise se debruçará sobre como o jornalismo, por meio de suas escolhas discursivas – seja na seleção de pautas, na escolha de *cases*, na linguagem utilizada ou na ausência de abordagens –, atua como um agente ativo na perpetuação de estereótipos que limitam a compreensão da família e da maternidade.

Ao dar voz à crítica sobre o "silêncio afetivo" que permeia as narrativas sobre a dupla maternidade, o artigo visa fomentar um debate necessário sobre a necessidade de uma comunicação mais diversa, plural e representativa da complexidade das vidas humanas e das formas de se fazer família no século XXI. A superação de um modelo familiar único, que se manifesta nas lacunas e silêncios do jornalismo, é um imperativo para a construção de uma sociedade que verdadeiramente celebre e legitime todas as suas formas de amor e afeto.

Para sustentar essa discussão, o artigo está estruturado em três seções principais. Após esta introdução, terão duas seções onde será desenvolvido o arcabouço teórico que fundamenta a análise, aprofundando as perspectivas do imaginário social e do poder simbólico, e dialogando com os estudos de gênero e as diversas concepções de maternidade e apresentará a análise de uma matéria jornalística específica. Por fim, as considerações finais retomarão as principais conclusões, apontando as implicações do estudo e sugerindo caminhos para futuras pesquisas.

### **As Redes do Imaginário e a Construção Midiática da Família**

A compreensão das dinâmicas que engendram o apagamento da dupla maternidade no jornalismo exige um mergulho profundo nas intersecções entre o imaginário social, as tecnologias midiáticas e a teoria de gênero. Não se trata de um silenciamento acidental, mas de um processo imbricado nas estruturas simbólicas que permeiam tanto a produção quanto a recepção da informação. Acredita-se que o jornalismo, enquanto uma das mais influentes "tecnologias do imaginário", desempenha um papel crucial na conformação e na perpetuação de estereótipos, exercendo um poder que vai além da mera veiculação de fatos, alcançando a própria legitimação das formas de existência.

Para Michel Maffesoli (2014), o imaginário é o próprio cimento da vida social, a força propulsora que molda o cotidiano, as relações e as representações coletivas. Ele

transcende a dimensão puramente racional, operando na "lógica do sensível", nos afetos, nas emoções e nas atmosferas que unem os indivíduos em "tribos" ou comunidades efêmeras. Essa primazia do sensível, particularmente forte na cultura brasileira, conforme Maffesoli (1999, p. 19), manifesta-se em uma atitude diária, uma "revolta da orgia" em que a emoção se ergue como resistência. Em diálogo com a perspectiva de Gilbert Durand (1999), entende-se que entre o racional e o irracional reside o "não-racional", um vasto campo que abrange o imaginário, o emocional, os sentimentos, as fantasias e os sonhos, elementos constitutivos da vida psíquica das pessoas. A negação ou subestimação desse "não-racional" no tecido social é, portanto, uma tentativa de amputar uma parte essencial da experiência humana. Para este estudo, interessa-nos precisamente como esse substrato sensível do imaginário coletivo, enraizado na cotidianidade e nas emoções, pode ser moldado e instrumentalizado pelas "tecnologias do imaginário" no contexto jornalístico.

Edgar Morin (1969), por sua vez, amplia a compreensão do imaginário ao analisar como as mídias de massa, desde o cinema até a televisão, funcionam como "fábricas" de mitos contemporâneos. No jornalismo, a seleção de pautas, o enquadramento dos fatos, a escolha de fontes e a linguagem empregada não são atos neutros; eles atuam na criação de "verdades" e na delimitação do que é visível e digno de representação. Se o imaginário é o que permite a humanidade existir (Durand, 1999), então a exclusão de certos grupos desse imaginário pela via midiática é uma forma de negação de sua própria humanidade.

Dentro dos estudos do jornalismo audiovisual, Santaella (2001) nos auxilia a pensar que "Toda mudança no modo de produzir imagens provoca inevitavelmente mudanças no modo como percebemos o mundo, na imagem que temos do mundo", portanto, o que é visto no jornalismo televisivo molda a sociedade. Isso porque, há uma força maior dentro do jornalismo das telas, pois, a televisão está presente em 94,4% dos domicílios brasileiros, segundo dados do IBGE. A televisão opera intrinsecamente na lógica do sensível de Michel Maffesoli, é possível entender a atuação poderosa e difusora dos imaginários sociais. No contexto das maternidades, essa primazia do sensível, tão acentuada na cultura brasileira, molda as emoções e as atmosferas apresentadas, consolidando um modelo familiar heteronormativo. O imaginário social, que Maffesoli descreve como o próprio "cimento da vida social", é reforçado por narrativas que privilegiam a mãe em arranjos familiares tradicionais, resultando no silenciamento e invalidação de outras formas de maternagem, como a dupla maternidade.

Joan Ferrés (1994) elucida como a linguagem televisiva, com sua ênfase nas imagens e no apelo emocional, influencia diretamente a percepção da realidade e, consequentemente, a perpetuação de estereótipos. Essa capacidade da televisão de gerar identificação e afetos, muitas vezes por meio de narrativas simplificadas, dialoga diretamente com a lógica do sensível de Maffesoli. No jornalismo televisivo sobre maternidades, a priorização de um arquétipo de mãe serve para reforçar o modelo heteronormativo. As imagens e histórias apresentadas ressoam com um imaginário preexistente, consolidando a ideia de uma única forma "válida" de família. Desse modo, as maternidades que não se encaixam nesse molde são sistematicamente marginalizadas, tendo suas vivências reduzidas ou completamente omitidas das narrativas.

A necessidade de uma educação em autodefesa contra os meios de comunicação, proposta por Ferrés (2000), torna-se crucial para desvelar os mecanismos pelos quais o jornalismo televisivo contribui para o silêncio afetivo e o apagamento simbólico das duplas maternidades. Ferrés oferece ferramentas para entender como o sensível é explorado pela mídia para consolidar visões de mundo específicas. Ao analisar a forma como o jornalismo omite ou distorce as narrativas de duplas maternidades, percebemos que essa é uma estratégia deliberada que opera no campo da emoção, invisibilizando os afetos e laços que não se alinham ao padrão. Capacitar o público para decodificar essas mensagens é fundamental para fomentar uma mídia mais inclusiva e para que a emoção se erga como resistência contra a exclusão.

A naturalização de um modelo familiar hegemônico está intrinsecamente ligada às construções de gênero. A teoria de gênero, em suas diversas vertentes, desvela que as categorias de sexo e gênero não são dados biológicos universais, mas sim construções sociais e culturais. Simone de Beauvoir (1949), já na primeira metade do século XX, apontou que "não se nasce mulher, torna-se mulher", uma premissa fundamental que, para Heleieth Safioti (1999), sublinha o processo de aprendizagem e construção das feminilidades. Complementando essa perspectiva, a transfeminista Caia Coelho (2017 *apud* Lima, 2023) destaca que a opressão vivida por mulheres não é natural, mas socialmente estabelecida. Gayle Rubin (1975, p. 165, tradução nossa), por sua vez, ressalta que toda sociedade organiza sua "[...] matéria-prima biológica do sexo humano

---

[...]”<sup>4</sup> através de um sistema de sexo/gênero, forjando convenções, por mais arbitrárias que pareçam.

Nesse contexto, a categoria "mulher" cede espaço às "mulheridades" (Lima, 2023, p. 25), um termo que reconhece a multiplicidade de experiências sociais e pessoais que fogem a uma noção singular e universal. A urgência de considerar a pluralidade das existências femininas é fundamental, e a crítica a universalismos rasos no feminismo é imperativa para evitar a invisibilização. Como argumenta Patricia Hill Collins (1990), a busca por uma categoria 'mulher' singular ignora as sobreposições de opressão e privilégio que configuram realidades diversas. Desse modo, o universalismo no feminismo se revela raso, inviabilizando a análise crítica das realidades sociais de sujeitas que não se encaixam no molde hegemônico. A interseccionalidade surge aqui como uma categoria fundamental (Lima, 2023), evidenciando como diferentes formas de opressão – como raça, classe, sexualidade, gênero – se interceptam, resultando em experiências plurais e, muitas vezes, marginalizadas.

Essa perspectiva reforça que, assim como os estudos de gênero revelam a supressão e as possibilidades de libertação das mulheres, o jornalismo tem o potencial de tornar visíveis as diversas formas de família e maternidade. Contudo, essa visibilidade depende de escolhas editoriais e narrativas que desafiem o status quo. Judith Butler (2018), em sua desconstrução das noções de gênero e sexo, argumenta que o gênero é performático, ou seja, constituído por uma série de atos, gestos e discursos que, reiterados, criam a ilusão de uma essência. A matriz heterossexual compulsória (Butler, 2018) é o sistema que estrutura a inteligibilidade dos corpos e das relações de forma binária e heteronormativa, relegando outras configurações à invisibilidade ou à patologização.

É neste ponto que o jornalismo assume sua função no poder simbólico, conforme teorizado por Pierre Bourdieu (1971, p. 1255-1256). Os sistemas simbólicos, como o jornalismo, especialmente o televisivo, não são apenas reflexos da realidade; eles são "instrumentos de poder" que legitimam a ordem vigente. Ao aplicar um "princípio de divisão", eles organizam a representação do mundo em termos de classes antagônicas e fornecem um consenso em relação ao significado, por meio da lógica de inclusão/exclusão. Dessa forma, a cultura dominante reproduz as relações socioeconômicas prevaletentes, fazendo-as parecer naturais e contribuindo para a

---

<sup>4</sup> Texto original: “[...] biological raw material of human sex [...]”.

"conservação simbólica das relações de força vigentes". No caso da família, o jornalismo reforça um ideal heteronormativo, não apenas ao dar visibilidade a ele, mas, crucialmente, ao silenciar ou distorcer as representações de famílias que fogem a essa norma, como a dupla maternidade. A não-representação torna-se, assim, uma poderosa ferramenta de anulação simbólica, moldando o imaginário social para negar a legitimidade e a existência plena dessas configurações familiares.

Este referencial nos permite, portanto, analisar as "tecnologias do imaginário" no jornalismo não apenas como veículos de informação, mas como construtoras ativas de uma realidade simbólica que, ao privilegiar certas "mulheridades" e modelos familiares, estabelece um "silêncio afetivo" sobre as duplas maternidades, as relegando ao território do não-dito e do não-reconhecido.

### **O Apagamento em Foco: Análise do 'Silêncio Afetivo' na Cobertura Jornalística da Dupla Maternidade**

A compreensão teórica das redes do imaginário, do poder simbólico e das construções de gênero, detalhada na seção anterior, serve de alicerce para a análise que se segue. Este estudo propôs um percurso metodológico que articula a análise das tecnologias do imaginário com o debate de gênero, a partir da observação de uma matéria jornalística específica. Para tanto, selecionou-se uma reportagem veiculada no Jornal SBT Rio Grande, da afiliada do SBT no Rio Grande do Sul, no Dia das Mães de 2019. Essa matéria, embora aparentemente inofensiva ou mesmo celebratória, revela-se um campo fértil para explorar como as maternidades vêm sendo abordadas pelo jornalismo e, mais crucialmente, como se manifesta o "silêncio afetivo" – a negação ou invisibilização das experiências afetivas que escapam à norma heteronormativa.

A análise empreendida é de natureza qualitativa e exploratória, baseada na perspectiva da análise dos imaginários presentes no discurso jornalístico. Isso implica ir além do conteúdo manifesto, buscando desvelar as informações, símbolos e omissões que, de forma consciente ou inconsciente, são veiculados pelos repórteres, produtores e editores que atuaram no processo de produção e divulgação desta matéria sobre a maternidade e as mulheres mães. O foco não é julgar a intenção da equipe jornalística, mas compreender os efeitos de suas escolhas discursivas na construção do imaginário social e na perpetuação de estereótipos sobre a família. Complementarmente, a revisão bibliográfica sobre os temas de gênero, direitos humanos, maternidade, jornalismo e,



especificamente, jornalismo televisivo, oferece o contexto teórico necessário para a interpretação dos achados empíricos.

A reportagem focaliza a história de Márcia, uma mulher em luta contra um câncer incurável, cuja "força" e "razão de viver" são apresentadas como encontradas exclusivamente na filha de dois anos. Márcia é uma mulher branca, cisgênero, heterossexual e de classe média, com uma casa que denota estabilidade econômica. Este recorte da realidade da maternidade no Brasil é, conforme Bourdieu (1971), uma manifestação do "princípio de divisão" do poder simbólico jornalístico. Ao privilegiar esse perfil, o jornalismo não apenas define o que é digno de visibilidade e emoção, mas também contribui para a "conservação simbólica das relações de força vigentes", naturalizando um padrão de mãe e família e, por omissão, invisibilizando a pluralidade das "mulheridades" (Lima, 2023) e das experiências de maternidade que fogem a esse ideal.

A fala da entrevistada, "Eu estou lutando pela minha vida porque eu tenho uma filha de dois anos", exemplifica a violência simbólica (Bourdieu, 1998) em sua forma mais sutil. Embora a declaração possa ser percebida como um testemunho de amor materno, o enquadramento jornalístico a eleva a uma verdade universal e "natural", como se a vida da mulher só ganhasse sentido e propósito em função de um filho. A reportagem reforça essa premissa ao narrar que "O tumor fez a Márcia desistir de vários objetivos. O diploma de graduação, por exemplo, está guardado dentro de uma gaveta junto com a chance de trabalhar. O câncer impede a dedicação necessária para manter um emprego, mas de um sonho ela nunca abriu mão, de ser mãe. Com um problema de saúde sem cura, ela chegou a pensar que criar a Lara seria uma dificuldade, mas foi a salvação".

Nessa construção narrativa, o jornalismo performa o gênero (Butler, 2018) ao delimitar o papel da mulher e da mãe. A Márcia retratada é uma mãe cuja existência é desnudada de outros desejos, objetivos ou relações que não sejam a filha. Esse discurso não apenas ignora a necessidade de redes de apoio para uma mãe em condição terminal, como também desconsidera as imensas dificuldades práticas de criar uma criança em tal contexto, priorizando uma representação idealizada e heroica da maternidade sacrificial.

A ausência de menção a um parceiro, ou a qualquer forma de apoio externo, apesar de a matéria não se aprofundar na vida familiar dela, reforça a imagem da mãe como o único pilar. Essa narrativa contribui para o "silêncio afetivo" sobre as mães que não se encaixam nesse molde, incluindo as duplas maternidades, que por sua própria natureza



dependem de uma rede de afeto e cuidado partilhado que transcende a figura única e sacrificial da mãe heroína. O "silêncio afetivo" opera precisamente na lacuna deixada por essa representação restritiva, negando a existências, as lutas e os amores de famílias que não se veem nesse espelho midiático.

A análise corrobora a tese de que o "silêncio afetivo" no jornalismo não é uma mera ausência de pautas, mas uma consequência direta das estruturas que regulam a produção midiática e os imaginários que ela cultiva. Ao reforçar o mito da "mãe-heroína" cuja vida se define exclusivamente pela prole, o discurso jornalístico, conforme a performatividade de gênero proposta por Butler (2018), limita as possibilidades de existência feminina e materna, afastando-se de uma compreensão interseccional (Collins, 1990; Lima, 2023) das realidades de mães diversas.

Ainda que a complexidade das rotinas produtivas e as pressões comerciais possam influenciar as escolhas editoriais, é imperativo que o jornalismo reconheça seu papel fundamental na construção da realidade social e na promoção de uma cultura de direitos humanos. O desafio reside em subverter essa lógica de poder simbólico, transformando o "silêncio afetivo" em um chamado à visibilidade. Para futuras pesquisas, sugere-se a expansão da análise para um corpus maior de matérias jornalísticas de diferentes veículos e regiões do Brasil, bem como a realização de entrevistas com profissionais da mídia para investigar as percepções e práticas editoriais que moldam a cobertura da família e da maternidade. Acreditamos que, ao fomentar um jornalismo que ativamente busca a pluralidade, que valoriza as diversas formas de afeto e parentalidade, e que reconhece a multiplicidade das "mulheridades", poderemos contribuir para a edificação de um imaginário social mais justo e equitativo, onde todas as famílias, inclusive as de dupla maternidade, encontrem seu devido lugar de reconhecimento e celebração.

## Referências

- BEAUVOIR, S. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BOURDIEU, P. **The thinkable and the unthinkable**. London: The Times Literary Supplement, 1971.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- BOURDIEU, P. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

---

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

COLLINS, P. H. **Black Feminist Thought: Knowledge, Consciousness, and the Politics of Empowerment**. New York: Routledge, 1990.

DURAND, G. **As Estruturas Antropológicas do Imaginário: Introdução à Arquetipologia Geral**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FERRÉS, J. **Televisión y educación**. Barcelona: Paidós, 1994.

FERRÉS, J. **Educar en la autodefensa contra los medios de comunicación**. Barcelona: Gedisa, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: acesso à televisão e rádio nos domicílios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 06 de junho de 2025

LIMA, L. **Transfeminismo**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2023.

MAFFESOLI, M. **Da Orgia: Uma Abordagem Sociológica do Imaginário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

MAFFESOLI, M. **O Tempo das Tribos: O Declínio do Individualismo nas Sociedades Pós-Modernas**. 5a. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

MORIN, E. **Cultura de Massas no Século XX: O Espírito do Tempo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1969.

RUBIN, G. The Traffic in Women: Notes on the “Political Economy” of Sex. In: REITER, R. R. (org.). **Toward an Anthropology of Women**. New York: Monthly Review Press, 1975. p. 157-210.

SAFIOTI, H. I. B. **Gênero e Violência: Projeto de Investigação**. São Paulo: Edusp, 1999.

SANTAELLA, Lúcia; NÖTH, Winfried. **Imagem, cognição, semiótica, mídia**. São Paulo: Iluminuras, 2001.